

O Assassinato do Conde Folke Bernadotte

Folke Bernadotte foi um diplomata sueco, nobre e humanitário cuja vida esteve intimamente ligada a alguns dos eventos mais turbulentos da metade do século XX. Nascido em 1895 na família real sueca, Bernadotte ganhou reconhecimento internacional nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial por negociar a libertação de mais de 30.000 prisioneiros — muitos dos quais de campos de concentração nazistas — através da sua liderança na missão de resgate dos “**Ônibus Brancos**”. A sua reputação como negociador neutro, compassivo e pragmático tornou-o uma das figuras humanitárias mais respeitadas da Europa.

Em 1948, quando a recém-formada **Organização das Nações Unidas** enfrentou o seu primeiro grande teste no Médio Oriente, Bernadotte foi nomeado **primeiro mediador oficial** da organização. O conflito árabe-israelita, que eclodiu após o Plano de Partição da ONU e a declaração do Estado de Israel, escalou rapidamente para uma guerra total entre forças judaicas e árabes. A ONU procurava um mediador que pudesse atuar de forma imparcial entre as duas partes, gozar de respeito internacional e possuir as competências diplomáticas para navegar numa situação extremamente volátil. O histórico comprovado de negociação de Bernadotte, a sua neutralidade como sueco e a sua experiência humanitária durante a guerra tornaram-no o candidato ideal para esta missão delicada e sem precedentes.

Conquistas Humanitárias e Diplomáticas

Antes do seu envolvimento no conflito árabe-israelita, o conde Folke Bernadotte já havia conquistado uma reputação duradoura como humanitário e diplomata. A sua conquista mais notável ocorreu nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, quando liderou uma ousada missão de resgate que salvou dezenas de milhares de pessoas dos campos de concentração nazistas. Como vice-presidente da Cruz Vermelha Sueca, Bernadotte utilizou as suas ligações diplomáticas, o seu temperamento calmo e a sua coragem moral para negociar diretamente com altos funcionários nazistas, incluindo Heinrich Himmler, uma das figuras mais poderosas do Terceiro Reich.

Através de uma combinação de perseverança, tato e neutralidade estratégica, Bernadotte garantiu a libertação e evacuação de cerca de **30.000 prisioneiros** dos campos alemães no início de 1945. Entre os libertados estavam escandinavos, franceses, polacos e um número significativo de prisioneiros judeus que enfrentavam a morte iminente enquanto o regime nazista colapsava. Os seus esforços culminaram na criação de uma operação de resgate ousada conhecida como os “**Ônibus Brancos**”.

O projeto dos Ônibus Brancos foi uma inovação logística e humanitária. Bernadotte organizou um comboio de autocarros, camiões e ambulâncias — todos pintados completamente de branco e marcados com grandes cruzeiros vermelhas — para torná-los visíveis

como veículos neutros no meio do caos da guerra. Estes veículos atravessaram zonas de combate perigosas na Alemanha e na Europa ocupada, recolhendo prisioneiros de campos de concentração como Ravensbrück, Dachau e Neuengamme, e transportando-os para um local seguro na neutra Suécia. A cor branca dos autocarros foi escolhida deliberadamente para os distinguir dos transportes militares e sinalizar o seu propósito humanitário — uma ideia que mais tarde influenciou a prática moderna de marcar veículos humanitários e médicos em zonas de conflito para garantir a sua proteção ao abrigo do direito internacional.

A missão de Bernadotte não esteve isenta de perigos. Os comboios operavam sob ameaça constante de ataques de bombardeiros aliados, bem como de obstruções por parte de comandantes nazistas locais. Apesar destes desafios, a operação teve um sucesso superior ao esperado, salvando milhares de vidas e demonstrando como a negociação diplomática, mesmo com os regimes mais brutais, poderia produzir resultados humanitários tangíveis.

Pela sua liderança e coragem, Bernadotte foi celebrado internacionalmente como símbolo de integridade moral e compaixão prática. O seu trabalho com a Cruz Vermelha Sueca encarnou os ideais mais elevados de neutralidade e serviço humanitário — princípios que mais tarde guiaram a sua nomeação como primeiro mediador das Nações Unidas. A operação dos Ônibus Brancos não só salvou vidas, mas também ajudou a lançar as bases para o direito humanitário do pós-guerra e as práticas modernas de manutenção da paz, marcando Bernadotte como pioneiro da diplomacia humanitária.

Nomeação como Mediador da ONU e a Missão de 1948

Após o seu extraordinário trabalho humanitário durante a Segunda Guerra Mundial, o conde Folke Bernadotte tornara-se uma figura de confiança internacional e autoridade moral. O seu histórico de neutralidade, diplomacia e compaixão levou as **Nações Unidas** a nomeá-lo **primeiro mediador oficial** — um papel novo e sem precedentes na diplomacia internacional. Em maio de 1948, a ONU enfrentou a sua crise mais urgente: o eclodir de uma guerra em grande escala na Palestina após o **fim do Mandato Britânico** e a **declaração do Estado de Israel**.

O **Plano de Partição da ONU de 1947** (Resolução da Assembleia Geral 181) propôs dividir o Mandato Britânico da Palestina em dois estados independentes — um judeu e um árabe — com Jerusalém sob administração internacional. Enquanto os líderes judeus aceitaram o plano como uma vitória diplomática e base legal para a estatidade, **os árabes palestinos e os estados árabes vizinhos** rejeitaram-no como profundamente injusto.

Na altura, **os árabes palestinos constituíam cerca de dois terços da população**, enquanto **os judeus representavam apenas um terço**. No entanto, o plano alocava **55 por cento da área total da Palestina** ao estado judeu proposto, embora a população judaica **possuísse menos de 7 por cento da terra** por título legal. O resto — principalmente território e terras agrícolas de propriedade árabe — formaria a base de um estado árabe fragmentado e economicamente enfraquecido. Para os palestinos e o mundo árabe em geral, esta partição não era um compromisso justo, mas uma forma de desapropriação, projetada à sombra da retirada colonial e da culpa internacional após o Holocausto.

Para a liderança árabe e palestina, a decisão da ONU violava tanto **o princípio da autodeterminação** como a realidade vivida da propriedade demográfica e territorial. Foi vista como a imposição de uma entidade política estrangeira numa terra cuja maioria da população não havia consentido nem sido consultada na sua criação. O plano desmantelou efetivamente a unidade da Palestina histórica e foi considerado pelos árabes como o culminar de um longo processo de privação que começara sob o Mandato Britânico e acelerara através de ondas de imigração judaica patrocinadas pelo movimento sionista.

Assim, quando o Estado de Israel declarou a independência em **14 de maio de 1948** e os exércitos árabes intervieram no dia seguinte, a guerra não foi percebida no mundo árabe como um ato de agressão, mas como uma tentativa de resistir à partição imposta e defender a integridade territorial e política da Palestina. Foi nesta atmosfera — de guerra, deslocamento e amargura histórica — que o conde Folke Bernadotte foi enviado como primeiro mediador das Nações Unidas.

Apesar da sua reputação e sinceridade, Bernadotte depressa se confrontou com a plena força das convicções ideológicas e religiosas que impulsionavam o conflito. Muitos líderes dentro do **movimento sionista**, incluindo tanto os nacionalistas mainstream como as facções extremistas como **Lehi (o Bando Stern)**, acreditavam que toda a terra de **Eretz Israel**, como descrita na Bíblia hebraica, era a pátria eterna e divinamente ordenada do povo judeu. Para eles, este mandato divino superava qualquer lei internacional, compromisso político ou negociação diplomática. O conceito de partição — reconhecer um **estado árabe** em qualquer porção do que consideravam território sagrado — não era, na sua opinião, simplesmente uma concessão política, mas uma **traição espiritual**.

Esta convicção intransigente na soberania divina colocou a missão de Bernadotte em conflito direto com a base ideológica de muitos líderes sionistas, particularmente o underground militante. No entanto, perseverou, determinado a encontrar um terreno comum entre justiça e praticidade. Os seus esforços incansáveis levaram à **primeira trégua na guerra**, declarada em **11 de junho de 1948**, parando temporariamente os combates e permitindo que a ajuda humanitária chegasse aos civis de ambos os lados.

Durante esta trégua, Bernadotte desenvolveu a sua primeira **proposta de paz**, guiada por princípios de equidade e preocupação humanitária. Sugeriu que **Jerusalém fosse colocada sob controlo internacional** devido ao seu significado religioso universal; que **os refugiados palestinos tivessem permissão para regressar** às suas casas ou receber compensação; e que fossem feitos **ajustes territoriais** — atribuindo **a Galileia a Israel** e **o Deserto do Negev aos árabes** — para criar uma distribuição mais equitativa da terra.

Embora o plano refletisse moderação e um esforço sincero de compromisso, foi imediatamente rejeitado por ambas as partes. Os governos árabes rejeitaram-no por reconhecer implicitamente a existência de Israel, enquanto muitas facções sionistas, especialmente o underground de extrema-direita, condenaram-no como uma traição à pretensão judaica sobre todo o Eretz Israel. Nos círculos radicais, Bernadotte passou a ser visto não como um pacificador, mas como um obstáculo ao destino divino — um funcionário estrangeiro que ousava interferir no que consideravam o cumprimento da profecia bíblica.

No entanto, Bernadotte continuou a acreditar que a paz era possível se a razão e a humanidade prevalecessem sobre a ideologia e a vingança. Manteve a fé na diplomacia, mesmo quando os grupos extremistas começaram a considerar a sua presença intolerável. Tragicamente, o seu compromisso com a paz e o direito internacional levou-o em breve a um confronto fatal com aqueles que acreditavam que a sua missão era santificada por Deus e, portanto, além da negociação.

O Assassinato de Folke Bernadotte

Em setembro de 1948, a missão do conde Folke Bernadotte na Palestina colocara-o no centro de um dos conflitos mais voláteis do século XX. O seu papel como Mediador da ONU exigia neutralidade, mas a neutralidade em si tornara-se intolerável numa guerra impulsionada por medo existencial e convicção sagrada. As partes opostas viam as suas propostas de paz não como gestos de reconciliação, mas como ameaças à sua legitimidade e propósito divino.

Para os **estados árabes**, a mediação de Bernadotte reconhecia implicitamente o Estado de Israel — algo que consideravam uma violação inaceitável dos direitos árabes e palestinos. Para o **movimento sionista**, particularmente as suas facções militantes, as suas propostas eram vistas como uma tentativa de arrancar terra que acreditavam **prometida divinamente** ao povo judeu. A ideia de que um organismo internacional — ou um diplomata estrangeiro — pudesse redesenhar as fronteiras de **Eretz Israel** de acordo com a conveniência política era, para eles, uma forma de heresia.

Entre os mais extremos destes grupos estava **Lehi**, também conhecido como **Bando Stern**, uma organização subterrânea sionista que há muito defendia o uso da luta armada para expulsar tanto as forças britânicas como as árabes da terra de Israel. Os membros de Lehi acreditavam estar a cumprir um dever sagrado ao reclamar todo o Israel bíblico e rejeitavam qualquer compromisso que reconhecesse a soberania árabe sobre o que consideravam solo sagrado. Para eles, o plano de paz de Bernadotte — que pedia o controlo internacional sobre Jerusalém, o regresso dos refugiados palestinos e concessões territoriais aos árabes — não era um esforço diplomático, mas um ato de traição contra a promessa de Deus e o destino da nação judaica.

Em **17 de setembro de 1948**, a vida de Bernadotte terminou violentamente. Viajando num comboio marcado pela ONU através do **bairro de Katamon em Jerusalém**, acompanhado pelo oficial francês da ONU **coronel André Serot**, foi emboscado por militantes de Lehi disfarçados de soldados israelitas. Quando os veículos abrandaram num posto de controlo, um dos atacantes — mais tarde identificado como **Yehoshua Cohen** — aproximou-se do carro de Bernadotte e disparou vários tiros à queima-roupa, matando instantaneamente tanto Bernadotte como Serot.

O assassinato chocou o mundo. Bernadotte estava desarmado, viajava sob a proteção do direito internacional e estava envolvido exclusivamente numa missão humanitária e diplomática. O seu assassinato representou não apenas um ataque a um homem, mas um assalto à própria autoridade das Nações Unidas e ao ideal frágil da manutenção da paz internacional.

Imediatamente após o incidente, o **governo provisório israelita**, liderado por David Ben-Gurion, condenou publicamente o assassinato e banuiu Lehi e Irgun, a outra grande milícia subterrânea. No entanto, a resposta não alcançou plena responsabilização. Embora vários membros de Lehi tenham sido presos, nenhum foi condenado pelo crime. Em poucos anos, à organização foi concedida **anistia**, e alguns dos seus ex-membros ocuparam posições no governo israelita.

Internacionalmente, o assassinato de Bernadotte provocou **indignação e luto**, especialmente na Suécia e nas Nações Unidas. A **Assembleia Geral da ONU** prestou-lhe uma homenagem solene, e a sua morte galvanizou os esforços para estabelecer uma manutenção da paz mais estruturada e proteção para o pessoal da ONU em zonas de conflito. No entanto, politicamente, a sua missão permaneceu inacabada. O seu vice, **Dr. Ralph Bunche**, retomou mais tarde o seu trabalho e negociou com sucesso os **Acordos de Armistício de 1949**, pelos quais Bunche recebeu o Prémio Nobel da Paz.

Para muitos historiadores, o assassinato de Bernadotte simbolizou o choque entre **nacionalismo sagrado e diplomacia internacional** — entre uma visão do mundo enraizada no direito divino e outra baseada no compromisso e no direito humanitário. A sua morte revelou os limites da persuasão moral face à ideologia militante e o perigo enfrentado por aqueles que tentam mediar entre absolutos incompatíveis.

O legado do conde Folke Bernadotte perdura não só na tragédia do seu assassinato, mas nos ideais pelos quais lutou: razão sobre fanatismo, lei sobre violência, e a convicção de que mesmo nos lugares mais divididos do mundo, a paz é um imperativo moral pelo qual vale a pena morrer.

Consequências e Legado

O assassinato do conde Folke Bernadotte em 17 de setembro de 1948 enviou ondas de choque através da comunidade internacional. Foi a primeira vez que um representante da recém-criada **Organização das Nações Unidas** foi deliberadamente assassinado enquanto desempenhava uma missão de paz. Para muitos, o assassinato simbolizou a fragilidade do direito internacional numa era ainda a recuperar da guerra mundial e do genocídio. Expôs também as tensões entre o estado nascente de Israel, enraizado numa visão nacionalista e religiosa da soberania, e os ideais globais de paz, negociação e responsabilidade encarnados por Bernadotte.

Na **Suécia**, a morte de Bernadotte foi recebida com profundo luto e indignação. Era um herói nacional — admirado pelos seus esforços humanitários em tempo de guerra e considerado uma voz moral nos assuntos globais. Os jornais suecos denunciaram o assassinato como uma atrocidade e exigiram justiça. O governo sueco apresentou protestos formais a Israel e às Nações Unidas, mas a cautela diplomática depressa atenuou a indignação. Nos primeiros anos da estatidade israelita, poucas nações desejavam arriscar relações com o jovem país, e a Suécia, apesar da sua raiva, acabou por deixar o assunto desvanecer-se na história sem mais confrontos.

As **Nações Unidas** responderam ao assassinato de Bernadotte reafirmando o seu compromisso com a manutenção da paz e a proteção dos seus representantes em zonas de conflito. O seu vice, **Dr. Ralph Bunche**, um diplomata e académico americano, foi nomeado para continuar a missão de Bernadotte. As pacíficas negociações de Bunche produziram os **Acordos de Armistício de 1949**, que estabeleceram as linhas de cessar-fogo entre Israel e os seus vizinhos árabes. Por esta conquista, Bunche recebeu o **Prémio Nobel da Paz**, o primeiro afro-americano a fazê-lo. No entanto, foi amplamente reconhecido que o seu sucesso se baseava nas fundações lançadas pelo trabalho e sacrifício de Bernadotte.

Dentro de Israel, a resposta foi mais ambivalente. O governo provisório condenou publicamente o assassinato e banuiu os grupos extremistas responsáveis, mas a sua busca por justiça foi limitada. Embora membros do **Lehi** tenham sido presos, nenhum foi julgado pelo assassinato de Bernadotte. Alguns anos depois, sob uma anistia geral, os ex-membros do Lehi foram libertados das consequências legais e alguns ocuparam posições na vida pública israelita — mais notavelmente **Yitzhak Shamir**, que mais tarde se tornou **Primeiro-Ministro de Israel**.

Talvez a ironia mais marcante seja que **Yehoshua Cohen**, o militante do Lehi identificado como o atirador que disparou os tiros fatais contra Bernadotte e o coronel André Serot, se tornou **amigo íntimo e guarda-costas pessoal de David Ben-Gurion**, o primeiro-ministro fundador de Israel. Cohen mais tarde estabeleceu-se no kibbutz do Negev **Sde Boker**, onde Ben-Gurion se reformou; os dois viveram lado a lado durante anos, caminhando e conversando diariamente. O facto de o assassino do primeiro mediador de paz da ONU acabar por proteger o homem que construiu o estado que condenou o assassinato revela a hipocrisia moral dos primeiros anos de Israel.

As implicações morais e políticas do assassinato de Bernadotte continuam a ressoar. A sua morte revelou como o **nacionalismo religioso**, quando fundido com o poder político, pode tornar o compromisso impossível e transformar mediadores em inimigos. Para Bernadotte, a diplomacia era uma extensão do humanitarismo — a convicção de que o diálogo e a empatia poderiam superar o ódio e o medo. Para os seus assassinos, e para a ideologia que os inspirou, a própria terra era sagrada, e a negociação equivalia a ceder o direito divino. Este confronto entre **moral universal e nacionalismo sagrado** ressoaria em conflitos posteriores no Médio Oriente e permanece um dos desafios duradouros da construção da paz.

Apesar da tragédia da sua morte, o legado de Bernadotte perdura nas instituições e ideais que ajudou a moldar. As suas inovações humanitárias — como os **Ônibus Brancos** e a sua insistência na neutralidade das operações de socorro — foram pioneiras na prática moderna de marcar veículos e pessoal humanitário para a sua proteção ao abrigo do direito internacional. O seu serviço como Mediador da ONU lançou as bases para futuras **missões de manutenção da paz da ONU**, estabelecendo precedentes para neutralidade, acesso humanitário e uso da diplomacia em zonas de guerra ativas.

O conde Folke Bernadotte é lembrado hoje não só como vítima do extremismo político, mas como **símbolo de coragem moral e consciência internacional**. A sua vida uniu os mundos da ajuda humanitária e da diplomacia global, e a sua morte sublinhou os riscos

enfrentados por aqueles que se colocam entre a violência e a paz. Embora a sua missão na Palestina tenha permanecido inacabada, os princípios pelos quais viveu — compaixão, neutralidade e uma fé inabalável no valor da vida humana — permanecem vitais para todos os esforços de paz no nosso tempo.

Conclusão

O assassinato do conde Folke Bernadotte em 1948 não foi apenas o silenciamento de um homem, mas também um golpe simbólico aos ideais de paz e diplomacia moral que representava. A sua morte marcou um dos primeiros e mais dolorosos falhanços das Nações Unidas na sua tentativa de mediar num mundo pós-guerra ainda a lutar para manter a justiça e a humanidade. Para a **Suécia**, a perda foi profundamente pessoal. Bernadotte era um herói nacional — um homem de nascimento nobre que usou a sua posição e influência ao serviço dos outros. A recusa de Israel em levar os seus assassinos a tribunal deixou uma ferida nas **relações sueco-israelitas** que nunca cicatrizou completamente. Ainda hoje, essas relações permanecem frias, e **a família real sueca nunca fez uma visita oficial a Israel**, um testemunho silencioso da sombra duradoura daquele crime.

No entanto, a memória de Bernadotte não pertence apenas à Suécia. É também lembrada e honrada pelo **povo palestino**, que o viu como uma das poucas figuras internacionais dispostas a enfrentar a tragédia que se desenrolava na sua pátria. Enquanto a **Nakba** — o deslocamento em massa dos palestinos em 1948 — arrancava centenas de milhares das suas casas, Bernadotte destacou-se quase sozinho entre os diplomatas mundiais ao defender o seu **direito de regresso** e condenar a injustiça do exílio permanente. As suas propostas, enraizadas na equidade e no princípio humanitário, ofereceram aos deslocados uma visão de dignidade e restauração que ainda não se concretizou.

Em reconhecimento da sua compaixão e coragem, os habitantes da **Cidade de Gaza** nomearam uma rua em sua honra: **Rua do Conde Bernadotte** (شارع كونت برنادوت), localizada no bairro sul de **Rimal**. O simples letreiro azul, inscrito tanto em árabe como em inglês, permaneceu durante décadas como um tributo silencioso ao mediador sueco que morreu tentando trazer paz à sua terra. Simbolizava não só gratidão, mas também memória — uma ponte entre a visão moral de Bernadotte e a luta duradoura de um povo que ainda procura justiça.

Hoje, essa rua — e grande parte da Cidade de Gaza que a rodeia — jaz em ruínas. Desde a devastação desencadeada sobre Gaza a partir de **2023**, o bairro de Rimal foi reduzido a escombros. A destruição da Rua do Conde Bernadotte é mais do que a perda de um letreiro; é o apagamento de uma memória e um espelho do sofrimento que Bernadotte outrora tentou prevenir.

Há uma simetria trágica nesta imagem: um homem que atravessou linhas de batalha para salvar os oprimidos é lembrado numa rua agora sepultada sob os escombros da guerra. No entanto, mesmo nas ruínas, o seu nome perdura — como perdura na Suécia, nas Nações Unidas e nos corações daqueles que ainda acreditam na sua missão. O legado do conde Folke Bernadotte pertence a todos os que honram a coragem, a compaixão e a convicção de que a paz, por mais frágil que seja, é um dever para com toda a humanidade.

Referências

- **Bernadotte, Folke.** *To Jerusalem*. London: Hodder & Stoughton, 1951.
- **Assembleia Geral das Nações Unidas.** *Resolução 181 (II): Futuro Governo da Palestina*. 29 de novembro de 1947.
- **Conselho de Segurança das Nações Unidas.** *S/773: Relatório de Progresso do Mediador das Nações Unidas para a Palestina do Conde Folke Bernadotte, apresentado em conformidade com a Resolução 186 (S-2) de 14 de maio de 1948*. 16 de setembro de 1948.
- **Assembleia Geral das Nações Unidas.** *Resolução 194 (III): Palestina – Relatório de Progresso do Mediador das Nações Unidas*. 11 de dezembro de 1948.
- **Bunche, Ralph.** *Documentos Seleccionados sobre o Conflito Palestino, 1947–1949*. New York: Arquivos das Nações Unidas, 1950.
- **Segev, Tom.** *One Palestine, Complete: Jews and Arabs Under the British Mandate*. New York: Henry Holt, 2000.
- **Morris, Benny.** *1948: A History of the First Arab–Israeli War*. New Haven: Yale University Press, 2008.
- **Horne, Edward.** *A Job Well Done: The Story of the White Buses*. Estocolmo: Cruz Vermelha Sueca, 1949.
- **Peretz, Don.** *The Arab–Israeli Dispute*. New York: Facts On File, 1996.
- **Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia.** *Tributo Comemorativo ao Conde Folke Bernadotte, 1895–1948*. Estocolmo: Imprensa Governamental, 1949.
- **Khalidi, Walid (ed.).** *From Haven to Conquest: Readings in Zionism and the Palestine Problem until 1948*. Washington, D.C.: Institute for Palestine Studies, 1971.
- **Pappé, Ilan.** *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2006.
- **Gabinete de Informação das Nações Unidas.** *“Count Folke Bernadotte: In Memoriam.”* New York, 1949.